

Empresários travarão '23 batalhas'

BRASÍLIA — Uma guerra de 23 batalhas pela sobrevivência da livre iniciativa. É assim que a União Brasileira de Empresários (UB) encara a tarefa de alterar, no segundo turno, os dispositivos considerados essenciais para o empresariado. Ao convocar todos os empresários do País a participarem do trabalho de convencimento dos constituintes, o Presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), Arthur João Donato, frisou que "esta é uma luta onde não pode haver rendição, sob pena de perdermos a condição de empresários livres."

A UB realizou, ontem, sua segunda reunião plenária, na sede da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em Brasília. No encontro, cerca de 200 empresários ouviram com atenção as instruções para o trabalho de mobilização e receberam farto material referente às emendas patrocinadas pela entidade, contendo dados sobre os constituintes e suas tendências, além de uma relação das principais lideranças que deverão ser procuradas.

Os empresários vão trabalhar também as bases eleitorais dos parlamentares. Donato — a quem coube explicar ao plenário, emenda por emenda, os 23 pontos que a UB acha fundamental alterar no Projeto de Constituição — fez um apelo:

— Não se pode pensar em democracia sem pensar na liberdade econômica. Cada um dos empresários tem o dever de contribuir. Não adianta apenas criticar. O direito de crítica é livre, mas só é válido se contribuir para sanar o problema. Não podemos atribuir a outros a tarefa de construir este País. Ou temos maturidade para fazê-lo ou estaremos nos rendendo antes do combate.

Explicando como deve ser desenvolvido o trabalho, frisou:

— Todos os empresários devem procurar entrar em contato com parlamentares da sua região, do seu setor, do seu círculo de amizades, parentes, etc. Vamos juntos nesta cruzada. Nosso esforço há de ser vitorioso.

A reunião foi aberta pelo coordenador da UB, Antonio Oliveira Santos, Presidente da Confederação Na-



Ermírio, Donato e Amato, na sede da CNI, convocam os empresários a se mobilizarem em defesa da livre iniciativa

cional do Comércio. Em seu discurso, destacou as responsabilidades do empresariado nacional ante a sociedade brasileira. Segundo ele, o setor não pode fugir à defesa dos altos objetivos nacionais no momento em que assiste ao que chamou de uma verdadeira manipulação de interesses por algumas minorias radicais.

— O convívio social harmonioso que deverá presidir o nosso trabalho estará seriamente comprometido se o direito de greve for regulado como poder de greve, constituindo um convite à subversão da ordem. Da mesma forma, a criação dos direitos trabalhistas onerosos poderão se transformar em pesado ônus para as empresas, aumentando os custos e reduzindo a capacidade de exportar.

Após falarem Oliveira Santos e Donato, os empresários ouviram os Presidentes do Grupo Votorantim, Antônio Ermírio de Moraes; do Grupo Gerdau, Jorge Gerdau Johannpeter; e da Sociedade Rural Brasileira, Flávio Telles de Menezes. Antonio Ermírio aproveitou para desmentir a versão de que patrocinara o lobby da nacionalização da exploração mi-

neral. Segundo ele, há lugar para todos no País. Criticou a limitação dos turnos contínuos a seis horas, a anistia às dívidas dos microempresários e o tabelamento dos juros bancários.

— Não é escrevendo uma Constituição cheia de disparates que vamos consertar o País. Só vamos reduzir a inflação produzindo. Está na hora de o Governo dar um basta. Chega de gastar dinheiro à toa. Temos que pagar bem os nossos trabalhadores e parar de remunerar aqueles que não produzem — disse.

Também participaram da reunião os Presidentes da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Mário Amato; da Federação Brasileira de Associações de Bancos, Roberto Bonrhausen; da Federação Nacional das Associações Comerciais, Amaury Temporal; da CNI, Senador Albano Franco (PMDB-SE); da Confederação Nacional de Transportes, Camilo Cola; da Câmara Brasileira da Construção Civil, Deputado Luis Roberto Ponte (PMDB-RS); além do Deputado Allyson Paulinelli (PFL-MG) e do empresário Luis Eulálio Bueno Vidigal.

Ulysses recebe as reivindicações

BRASÍLIA — O Coordenador da União Brasileira de Empresários (UB), Antônio Oliveira Santos, acompanhado pelo Presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), Arthur João Donato, e por mais oito empresários, entregou ontem ao Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, o documento com 23 reivindicações, destacando a supressão do turno de revezamento de seis horas, do direito irrestrito de greve e do tabelamento dos juros.

Ulysses solicitou que as reivindicações sejam apresentadas aos líderes partidários, para que possam ser incluídas nas negociações.

Depois da visita, Oliveira Santos afirmou:

— O grande pacto é a Constituinte, e não estes acordos que estão brotando entre empresários e trabalhadores. Ela é que definirá as relações entre trabalhadores e empregadores.

Frustrações

A O COMENTAR o alto custo de diversos dispositivos do projeto de Constituição, o Líder do Governo, Deputado Carlos Sant'Anna, fez uma importante distinção.

ELE SE referiu aos direitos criados pelo projeto, e logo emendou: "ou melhor, a expectativa de direitos".

ESSA é a questão. Ao determinar o ideal, sem levar em conta o real, os Constituintes cometeram o erro de criar muitas esperanças que a dura verdade dos recursos existentes transformará em frustrações, inevitavelmente.

O QUE terá o perigoso efeito de desprestigiar, junto à opinião pública, a mais importante lei do País.

PRIORIDADES INCLUEM O CONCEITO DE EMPRESA NACIONAL

BRASÍLIA — São 23 os pontos que a União Brasileira de Empresários (UB) deseja alterar no segundo turno de votação da Constituinte. Entre eles, destacam-se o tabelamento dos juros, jornada de seis horas em turnos contínuos, direito de greve, férias, aviso prévio, conceito de empresa nacional e política mineral.

Os pontos prioritários para a UB:

Mandado de injunção e aplicação imediata dos dispositivos constitucionais (art. 5) — A entidade pretende suprimir todo o texto ou, como alternativa, apenas a palavra "direitos". Para a UB, este instrumento, se mantido, pode perturbar a Nação na medida em que a cada passo os diversos setores poderão ser atropelados com ações judiciais reivindicando o pronto cumprimento da Constituição.

Estabilidade no emprego (art. 7) — Suprimir a expressão "dentro outros direitos". Segundo a UB, para garantir a proteção da relação de emprego, a indenização compensatória é suficiente.

Turnos ininterruptos de revezamento (art. 7, item XIV) — Suprimir. A UB afirma que para a empresa, em particular, e o País, em geral, o custo é insustentável; para a maioria dos trabalhadores, é contra-indicada.

Adicional de Férias (art. 7, item XVII) — Suprimir a expressão "em pelo menos um terço a mais do que o salário normal".

Aviso Prévio (art. 7, item XXI) — Suprimir a expressão "proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de 30 dias".

Prescrição das causas trabalhistas (art. 7, item XXIX) — Suprimir os incisos que prevêm cinco anos, quanto a créditos resultantes das relações de trabalho, para o trabalhador urbano; e até dois anos após a extinção do contrato, quanto a créditos resultantes das relações de trabalho, para o trabalhador rural.

Greve (art. 9) — Suprimir a expressão "competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade e os interesses que devam por meio dele defender". Para a UB, a greve está colocada como poder, mas precisa ser definida como direito, cu-

jo exercício compete à lei ordinária disciplinar.

Estatização das Telecomunicações (art. 21, inciso XI) — Suprimir a expressão "a empresas sob controle acionário estatal". A entidade argumenta que o estatizado deve reverter e o liberado há que ser mantido livre.

Competência para legislar sobre trânsito e transporte de bens e pessoas (art. 22) — Suprimir a expressão "nas rodovias e ferrovias federais". A matéria, por sua natureza, deve estar entregue à competência exclusiva da União, sem a limitação federal.

Organização do abastecimento alimentar (art. 23, inciso VIII) — Suprimir a expressão "organizar o abastecimento alimentar". A UB diz que apenas com os poderes da legislação ordinária o Governo, à época do Plano Cruzado, interveio e interferiu o suficiente para desorganizar a economia, em especial o abastecimento alimentar.

Exploração de serviços locais de gás canalizado (art. 25, parágrafo 2º) — Suprimir a palavra "estatal". Na visão da UB, como o Brasil vive clima de desestatização, a palavra estatal deve ter resultado de equívoco.

Competência do município para suplementar a legislação federal e a estadual (art. 31, item II) — Supressão total do dispositivo. A outorga ao município de competência para suplementar a legislação federal e estadual "é uma temeridade", justifica a UB.

Competência do TST (art. 117, parágrafo 2º) — Suprimir a expressão "limitados os recursos das decisões dos Tribunais Regionais, nos dissídios individuais, aos casos de ofensas a literal dispositivo desta Constituição, ou de lei federal". Segundo a UB, a limitação desatende especialmente aos empregadores, que não desejam ficar à mercê das decisões dos TRT.

Competência normativa da Justiça do Trabalho (art. 120, parágrafo 2º) — Suprimir a expressão "podendo a Justiça do Trabalho estabelecer normas e condições, respeitadas as disposições convencionais e legais mínimas de proteção ao trabalho". Para a UB, a concessão do poder

de legislar à Justiça do Trabalho pode representar um avanço para o qual o País não está preparado.

Imposto sobre grandes fortunas (art. 159, item VII) — Suprimir. A UB entende que este dispositivo tem efeito demagógico.

Adicional ao Imposto de Renda (art. 161, item II) — Suprimir o inciso que dá aos Estados competência de instituir adicional de 5 por cento do imposto de renda pago à União. Segundo a entidade, o imposto de renda pertence tradicionalmente à União.

Conceito de empresa nacional (art. 177) — A UB quer suprimir todos os incisos e parágrafos do artigo, deixando apenas o seguinte: "É considerada empresa brasileira a constituída sob as leis brasileiras e que tenha sua sede e administração no País".

O Estado como agente regulador (art. 180) — Suprimir. Segundo a entidade, o Estado regulador é via direta para labirintite na economia.

Pesquisa e lavra de recursos minerais (art. 182) — Suprimir o parágrafo primeiro que dispõe sobre a nacionalização do setor. Para a UB, a restrição não se justifica, salvo para consagrar o xlitismo no Brasil.

Fim dos Contratos de Risco — Suprimir. A UB diz que o slogan "a riqueza é nossa no fundo da terra" simboliza o subdesenvolvimento.

Tabelamento dos juros (art. 197, parágrafo 3º) — Suprimir. Observa a UB que embora o Poder Constituinte possa muito, não pode tudo.

Proibição de o capital estrangeiro atuar no setor de saúde (art. 204, parágrafo 3º) — Suprimir. O mundo é, cada vez mais, aldeia global, afirma a UB. Consagrar a restrição ao capital estrangeiro nesta área em que o Brasil é tão carente, não faz justiça à inteligência de um povo que precisa e deseja progredir.

Mercado interno como patrimônio nacional (art. 222) — Suprimir. Para a UB, um dos princípios fundamentais da interpretação é que "não se presume, na lei, palavras inúteis. Muito menos — prossegue a entidade — se pode aceitar o nonsense sob a forma de patriotada".